DECRETO N° 4.291, de 5 de maio de 2011.
Publicado no Diário Oficial n.º 3.375, de 05/05/2011.

Aprova o Estatuto da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Tocantins – FAPT.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso da atribuição que lhe confere o art. 40, inciso II, da Constituição do Estado e com fulcro no §1º do art. 2º da Lei Complementar 71, de 31 de março de 2011,

D E C R E T A:

Art. 1º É aprovado o Estatuto da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Tocantins – FAPT, na conformidade do Anexo Único a este Decreto.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio Araguaia, em Palmas, aos 5 dias do mês de maio de 2011; 190º da Independência, 123º da República e 23º do Estado.

JOSÉ WILSON SIQUEIRA CAMPOS
Governador do Estado

Luiz Carlos Borges da Silveira
Secretário de Estado da Ciência e Tecnologia

Andrea Noletto de Souza Stival
Presidente da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Tocantins

Renan de Arimatéa Pereira
Secretário-Chefe da Casa Civil

ANEXO ÚNICO AO DECRETO N° 4.291, de 5 de maio de 2011.

ESTATUTO DA FUNDAÇÃO DE AMPARO À PESQUISA DO
ESTADO DO TOCANTINS – FAPT

TÍTULO I
DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

CAPÍTULO I
NATUREZA, DENOMINAÇÃO, SEDE, FORO E DURAÇÃO

Art. 1° A FAPT:

I – tem atuação em todo território nacional;

II – tem prazo indeterminado de duração;

III – é entidade personificada de direito público, integrante da Administração Indireta, dotada de autonomia administrativa e financeira, sem fins com intuítos não lucrativos;

IV – possui sede e foro na Capital do Tocantins;

V – vincula-se às diretrizes políticas definidas pelo Governo do Estado para o Sistema Estadual de Ciência e Tecnologia, na Secretaria da Ciência e Tecnologia.

§1° A FAPT é regida por Contrato de Gestão celebrado com a Secretaria da Ciência e Tecnologia, a quem cumpre submetê-lo à aprovação do Conselho Estadual de Ciência e Tecnologia.

§2° No texto deste Estatuto, a sigla FAPT e a palavra Fundação equivalem-se como denominação da entidade.

CAPÍTULO II
DAS FINALIDADES E COMPETÊNCIAS

Art. 2° Compete à FAPT:

I – incentivar pesquisas científicas e tecnológicas, mediante apoio técnico e financeiro a projetos de difusão tecnológica, extensão, inovação e investigação desenvolvidos individualmente ou por instituições públicas e privadas sediadas no Estado, por meio de:

a) bolsa de pesquisa, de pesquisador visitante, de fixação de doutores no Tocantins, de mestrado, de doutorado, de estágio pós-doutoral, de iniciação científica, iniciação científica júnior, iniciação tecnológica, de gestão científica e tecnológica e de apoio técnico;

b) auxílio a pessoa física e subvenção e transferência de capital a pessoa jurídica, pública ou privada sem finalidade lucrativa;

II – contribuir para o desenvolvimento social, econômico e cultural do Estado do Tocantins;

III – patrocinar a formação e a capacitação de pessoal técnico especializado em ações e atividades de pesquisa, ciência e tecnologia;

IV – custear e financiar parcialmente a instalação e modernização de unidades de pesquisas públicas e privadas;

V – apoiar a formação e o aperfeiçoamento de profissionais para pesquisa, inovação e desenvolvimento técnico, mediante a concessão, integral ou complementar, de bolsas e auxílios à pesquisa e ao apoio tecnológico, no País e no exterior, em projetos de interesse do Estado do Tocantins;

VI – articular-se, de forma permanente, com órgãos e instituições públicas e privadas, nacionais, internacionais e estrangeiras, atuantes nas áreas de pesquisa, ciência e tecnologia;

VII – estabelecer parcerias com vistas ao desenvolvimento da pesquisa científica e tecnológica do Estado;

VIII – custear e financiar, total ou parcialmente, as despesas com registro de propriedade intelectual e patentes, decorrente de pesquisa realizada, de algum modo, sob seu amparo;

IX – promover e subvencionar a publicação dos resultados das pesquisas;

X – realizar gestão operacional das diretrizes estratégicas definidas pelo Conselho Estadual de Ciência e Tecnologia e pactuadas, em contrato de gestão, com a Secretaria da Ciência e Tecnologia;

XI – manter cadastro de unidades de pesquisa localizadas no Estado do Tocantins, bem assim de pesquisas sob seu amparo, inclusive de pessoal e de instalações;

XII – fiscalizar a aplicação dos amparos que conceder, com observância das normas de regência;

XIII – promover, periodicamente, estudos sobre o nível geral da pesquisa no Tocantins e no Brasil, identificando os campos que devam receber prioridade de fomento;

XIV – desenvolver outras ações e atividades compatíveis com a sua finalidade.

Parágrafo único. As bolsas de estudos e auxílios mencionados neste artigo terão valores, períodos de duração e modalidades estipulados pelo Conselho Superior da FAPT, com aprovação da Secretaria da Ciência e Tecnologia, consideradas as necessidades e a eficácia de resultados.

Art. 3º Desde que autorizada pelo Chefe do Poder Executivo Estadual, a FAPT pode tomar parte em convênio, contrato, acordo, ajuste ou tratado com:

I – entidades e órgãos públicos federais, estaduais e municipais;

II – pessoas físicas ou jurídicas de direito privado, nacionais, internacionais e estrangeiras.

Art. 4º À FAPT é vedado:

I – criar órgãos próprios de pesquisa;

II – assumir encargos externos permanentes de qualquer natureza;

III – custear ou subsidiar atividades administrativas de instituições de pesquisa públicas ou privadas.

TÍTULO II RECURSOS, PATRIMÔNIO, REGIME FINANCEIRO E CONTROLE

CAPÍTULO I DOS RECURSOS E PATRIMÔNIO

Art. 5º Os recursos financeiros da FAPT são provenientes da captação de receitas, em especial:

I – dotação anualmente consignada no orçamento do Estado e em leis especiais;

II – subvenções, doações e auxílios disponibilizados pela União, pelos Estados, pelos Municípios e por qualquer entidade pública e privada, nacional, internacional e estrangeira;

III – parcerias e serviços prestados mediante convênio, contrato, acordo, ajuste e tratado;

IV – operações de crédito e juros bancários;

V – rendas advindas de seu patrimônio e da exploração de seus próprios bens;

VI – retorno de financiamentos concedidos;

VII – saldos de exercícios anteriores;

VIII – as percentagens que lhe forem contratualmente atribuídas dos lucros decorrentes da exploração econômica da propriedade intelectual, tais como comercialização, licença e cessão para terceiros, resultantes de pesquisa desenvolvida com seu amparo total ou parcial.

§1º A FAPT deve aplicar seus recursos na formação de um patrimônio rentável.

§2º Na aplicação dos seus recursos, incumbe à FAPT constituir reserva técnica com o objetivo de garantir a estabilidade e a continuidade de programas e projetos de desenvolvimento científico, tecnológico e de inovação em andamento.

§3° A reserva técnica, de que trata o parágrafo antecedente, constitui-se de parcelas anuais até que alcance e se mantenha em valor correspondente ao previsto para a receita anual.

Art. 6° Constituem patrimônio da FAPT os bens e direitos adquiridos a qualquer título, desde que livres e desembaraçados de ônus, inclusive os decorrentes de demanda judicial.

§1° Os bens e direitos da FAPT são utilizados e aplicados exclusivamente na consecução de seus fins.

§2° Em caso de extinção, os bens e as rendas da FAPT permanecem no Poder Executivo Estadual.

CAPÍTULO II DO REGIME FINANCEIRO E CONTROLE

Art. 7° O Plano de Trabalho Anual é elaborado pelos órgãos competentes da Fundação, sob supervisão e orientação de seu Presidente, com coordenação da Diretoria Científica e da Diretoria de Inovação, observadas as diretrizes estratégicas definidas pela Secretaria da Ciência e Tecnologia.

Art. 8° Quaisquer saldos financeiros de exercícios anteriores devem ser incorporados ao saldo patrimonial da Fundação, adicionando-se à receita integrante do respectivo orçamento para o exercício subsequente, a título de receita própria.

Art. 9° As unidades de apoio administrativo e financeiro da Fundação manterão registro atualizado dos responsáveis por valores e bens da entidade.

Art. 10. A abertura de contas em nome da Fundação e a respectiva movimentação, empenho e ordens de pagamento são de competência do Presidente e do Diretor de Administração e Finanças, com aprovação do Conselho Fiscal.

Art. 11. As despesas da Fundação são destinadas ao custeio da sua operação, aos investimentos dentro de seus objetivos, assim como às demais atividades, conforme dispuser seu Plano de Trabalho Anual, aprovado pelo Conselho Curador.

Art. 12. A prestação de contas anual da FAPT deve ser encaminhada pelo Conselho Fiscal, para julgamento e aprovação, ao Conselho Curador, obedecido o cronograma de prestação de contas do Tribunal de Contas do Estado.

Parágrafo único. A prestação de contas e os pareceres do Conselho Fiscal, depois de aprovados pelo Conselho Curador, são remetidos ao Tribunal de Contas do Estado para apreciação e julgamento.

Art. 13. A prestação de contas anual do Contrato de Gestão é encaminhada para julgamento e aprovação da Secretaria de Ciência e Tecnologia.

TÍTULO III
ESTRUTURA, ORGANIZAÇÃO E COMPETÊNCIAS DAS UNIDADES
ADMINISTRATIVAS

Art. 14. Para o comando, a consulta, a deliberação, a fiscalização, a administração e a execução, a FAPT conta com:

- I – o Chefe do Poder Executivo;
- II – o Secretário de Estado da Ciência e Tecnologia;
- III – o Conselho Estadual de Ciência e Tecnologia;
- IV – o Conselho Curador;
- V – o Conselho Fiscal;
- VI – a Presidência;
- VII – as seguintes seções técnico-operacionais:

a) na atividade-fim:

- 1. Assessoria Técnica;
- 2. Diretoria Científica;
- 3. Diretoria de Inovação;

b) na atividade-meio:

- 1. Diretoria de Administração e Finanças;
- 2. Assessoria Jurídica.

§1º A fiscalização externa é exercida pelo Ministério Público e o Tribunal de Contas, aos quais impende atuar conforme suas próprias normas gerais voltadas às fundações.

§2º As atividades de controle interno, previstas constitucionalmente, são exercidas por meio de sistema a que o Poder Executivo se integre.

CAPÍTULO I
DA ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO

Seção I
Do Conselho Curador

Art. 15. O Conselho Curador é composto por nove membros, sendo:

- I – o Secretário de Estado da Ciência e Tecnologia, membro nato que o presidirá;

II – oito membros indicados pelo Conselho Estadual de Ciência e Tecnologia.

§1º Os membros do Conselho Curador definidos no inciso II deste artigo, após indicados pelo Conselho Estadual de Ciência e Tecnologia, são designados pelo Governador do Estado para mandato de dois anos, podendo ser reconduzidos aos cargos por uma única vez.

§2º Os candidatos a membro do Conselho Curador devem possuir nível superior e notória experiência técnica ou empresarial em pesquisa, desenvolvimento científico ou inovação.

Art. 16. Compete ao Conselho Curador, como órgão de deliberação, orientação e fiscalização superior:

I – desenvolver a orientação técnica-operacional da FAPT, de acordo com as diretrizes estratégicas definidas pela Secretaria da Ciência e Tecnologia;

II – aprovar o Regimento Interno da FAPT, mediante, no mínimo, 2/3 dos seus membros;

III – propor a modificação do Estatuto da FAPT, mediante aprovação da proposta por no mínimo, 2/3 dos seus membros, submetendo-o à homologação do Conselho Estadual de Ciência e Tecnologia;

IV – aprovar as propostas orçamentárias anuais e plurianuais elaboradas pela Assessoria Técnica e pela Diretoria de Administração e Finanças;

V – orientar a política patrimonial e financeira da FAPT, dentro de suas disponibilidades;

VI – julgar, na primeira sessão ordinária do ano, as contas do ano anterior e apreciar os relatórios, ressalvada a competência do Tribunal de Contas do Estado;

VII – apreciar o plano de carreira e vencimentos do quadro permanente de pessoal da FAPT e encaminhá-lo ao Governador do Estado para as providências quanto a sua instituição;

VIII – autorizar a contratação de consultores indicados pelas Diretorias Científica e de Inovação;

IX – propor à Secretaria da Ciência e Tecnologia as áreas de pesquisa a serem fomentadas, após identificação da demanda, em consonância com a política de ciência, tecnologia e inovação do Estado do Tocantins;

X – conceder amparo solicitado à FAPT, observadas as regras e critérios dos editais ou instrumentos congêneres;

XI – manifestar-se sobre a doação dos bens de que trata este Estatuto.

Art. 17. O Conselho Curador se reúne, ordinariamente, uma vez a cada semestre e, extraordinariamente, quantas vezes julgar necessário.

Art. 18. A ausência não justificada dos Conselheiros a duas reuniões em um mesmo ano implica a perda automática do mandato.

Seção II Do Conselho Fiscal

Art. 19. O Conselho Fiscal da FAPT é composto por três membros efetivos e igual número de suplentes, nomeados por livre escolha do Chefe do Poder Executivo, para cumprir mandato de dois anos, permitida uma recondução, constando no ato de nomeação a designação do Presidente.

Parágrafo único. Os candidatos a membro do Conselho Fiscal devem possuir nível superior e notória experiência técnica e orçamentário-financeira.

Art. 20. O Conselho Fiscal responde pelos encargos de análise e julgamento das demonstrações financeiras e das prestações de contas da FAPT, competindo-lhe:

I – exercer a fiscalização da administração econômica e financeira da FAPT e verificar o cumprimento dos seus deveres legais e estatutários;

II – opinar sobre relatórios de gestão administrativa e financeira, fazendo constar em seus pareceres informações complementares que julgar necessárias;

III – comunicar ao Conselho Curador as irregularidades constatadas, sugerindo providências para saná-las;

IV – analisar o balancete e demais demonstrativos financeiros elaborados periodicamente pela FAPT;

V – analisar e manifestar-se sobre relatórios de auditorias internas ou externas, recomendando ao setor competente a adoção de medidas corretivas que julgar convenientes;

VI – examinar os demonstrativos financeiros de cada exercício e opinar sobre os mesmos, com vistas à apreciação pelo Conselho Curador;

VII – analisar e julgar a prestação de contas anual da FAPT e encaminhá-la para julgamento e aprovação do Conselho Curador, obedecido o cronograma de prestação de contas do Tribunal de Contas do Estado.

Art. 21. Aos membros do Conselho Curador e do Conselho Fiscal se aplicam as seguintes regras:

I – são vedadas a remuneração, bem como a situação de um mesmo Conselheiro ocupar funções concomitantes em ambos os Conselhos;

II – cada Conselheiro tem um suplente designado no mesmo ato, que assume automaticamente na ausência ou impedimento do titular;

III – aos Conselheiros e suplentes se impõem as necessárias e notórias competências na área científico-tecnológica, para o Conselho Curador, e na orçamentário-financeira, para o Conselho Fiscal;

IV – os Conselhos Curador e Fiscal reunir-se-ão, ordinariamente, uma vez a cada semestre e, extraordinariamente, quantas vezes julgar necessário;

V – as decisões dos Conselhos são instrumentalizadas por resoluções, publicando-se extrato no Diário Oficial do Estado;

VI – os suportes técnico, administrativo e financeiro necessários aos trabalhos dos Conselhos são assegurados pela FAPT;

VII – o funcionamento dos Conselhos e as atribuições dos Conselheiros são disciplinados nos respectivos regimentos internos;

VIII – é atribuição de todo Conselheiro sugerir medidas a autoridade competente para sanar irregularidades encontradas.

Seção III Da Presidência

Art. 22. São atribuições e deveres do Presidente da FAPT:

I – representar a FAPT, em Juízo ou fora dele, em defesa dos seus interesses e do seu patrimônio;

II – solicitar a convocação do Conselho Curador;

III – administrar a Fundação, exercendo a coordenação de suas atividades e zelando pelo cumprimento de seus objetivos;

IV – relacionar-se com autoridades, órgãos, entidades públicas e instituições privadas em assuntos de interesse da FAPT;

V – baixar portarias e outros atos administrativos, no limite de sua competência;

VI – executar outras ações e atividades inerentes à função.

Art. 23. Em seus impedimentos ou ausências, o Presidente será substituído pelo Diretor Científico ou pelo Diretor de Inovação conforme designação do Presidente.

Seção IV Da Assessoria Técnica

Art. 24. À Assessoria Técnica, que desempenha as atividades de planejamento, programação, orçamento, acompanhamento, modernização administrativa e avaliação institucional, compete:

I – prestar assessoramento na formulação de políticas, diretrizes e na definição de prioridades da FAPT;

II – coordenar a elaboração do plano de trabalho da FAPT;

- III** – assessorar as unidades administrativas na formulação dos planos, programas e projetos;
- IV** – assessorar as unidades administrativas na formulação, celebração e acompanhamento de convênios, acordos e contratos com entidades públicas e privadas, nacionais, estrangeiras e internacionais;
- V** – consolidar as informações fornecidas pelos órgãos que integram a FAPT, para elaboração dos relatórios de atividades;
- VI** – elaborar, em articulação com a Diretoria Administrativo-Financeira, as propostas orçamentárias da FAPT;
- VII** – exercer o acompanhamento e a avaliação dos planos, programas, projetos e atividades em execução;
- VIII** – promover a identificação de agências e fontes de financiamento para captação de recursos financeiros destinados à implantação de programas e projetos da FAPT;
- IX** – acompanhar, em articulação com os setores competentes da FAPT, a prestação de contas relativas a convênios, acordos e contratos celebrados;
- X** – desenvolver, coordenar, implantar e acompanhar, em articulação com as seções técnico-operacionais da FAPT, ações que promovam a modernização de sistemas administrativos, normatização, reestruturação organizacional e avaliação institucional;
- XI** – coordenar a elaboração dos relatórios de atividades da Fundação;
- XII** – exercer o papel de Secretaria Executiva do Conselho Curador.

Seção V
Da Diretoria Científica

Art. 25. Compete à Diretoria Científica:

- I** – acompanhar e avaliar a execução dos programas, projetos e ações apoiados técnica e/ou financeiramente pela FAPT;
- II** – realizar estudos e pesquisas para apoiar a definição de políticas, planos, programas e projetos, no campo de interesse da FAPT;
- III** – desenvolver, implementar, gerenciar e/ou participar de redes e sistemas de informações sobre ciência;
- IV** – elaborar relatórios das atividades técnico-científicas da FAPT;
- V** – articular-se com pessoas físicas e jurídicas, visando o desenvolvimento de ações, no âmbito da sua competência;
- VI** – propor à Presidência a criação de Câmaras de Assessoramento e Avaliação Técnico-Científica e apresentar sugestões de nomes de especialistas para a sua composição;

VII – identificar a demanda de pesquisas e projetos e encaminhá-la à Assessoria Técnica para análise, em seguida, submetê-las à aprovação do Conselho Curador;

VIII – elaborar e lançar, com auxílio da Assessoria Técnica, editais e chamadas de programas e projetos a serem amparados pela FAPT, submetendo à aprovação do Conselho Curador;

IX – implementar as concessões de amparo;

X – auxiliar a Presidência no cumprimento dos objetivos da FAPT;

XI – exercer outras atividades que lhe forem designadas pelo Presidente.

Seção VI Da Diretoria de Inovação

Art. 26. Compete à Diretoria de Inovação:

I – acompanhar e avaliar a execução dos programas, projetos e ações apoiados técnica e/ou financeiramente pela FAPT;

II – apoiar programas de inovação e redes cooperativas para inovação tecnológica;

III – desenvolver, implementar, gerenciar e/ou participar de redes e sistemas de informações sobre a inovação;

IV – elaborar relatórios das atividades da área da sua competência;

V – articular-se com pessoas físicas e jurídicas, visando o desenvolvimento de ações, no âmbito da sua competência;

VI – identificar a demanda de inovação e projetos e encaminhá-la à Assessoria Técnica para análise, em seguida, submetê-las à aprovação do Conselho Curador;

VII – elaborar e lançar, com auxílio da Assessoria Técnica, editais e chamadas de programas e projetos a serem amparados pela FAPT, submetendo à aprovação do Conselho Curador;

VIII – implementar as concessões de amparo;

IX – auxiliar a Presidência no cumprimento dos objetivos da FAPT;

X – implantar sistemas de inovação colaborando para o desenvolvimento socioeconômico e tecnológico do Estado;

XI – conduzir a ação de captação de recursos e de fomento à pesquisa relacionada à inovação e a extensão tecnológica;

XII – articular-se com o setor privado e outras instituições visando apoiar atividades de pesquisa voltada à inovação;

- XIII** – fomentar incubadoras de empresas de base tecnológica;
- XIV** – apoiar a criação e consolidação de parques tecnológicos;
- XV** – exercer outras atividades que lhe forem designadas pelo Presidente.

Seção VII
Da Diretoria de Administração e Finanças

Art. 27. Compete à Diretoria de Administração e Finanças as atividades de administração geral, contabilidade e finanças, além de outras correlatas e necessárias ao cumprimento das finalidades da FAPT, dentre as quais:

- I** – zelar pelo cumprimento das normas e instruções relativas ao patrimônio;
- II** – realizar inventários periódicos dos bens patrimoniais da FAPT;
- III** – executar e controlar os serviços de expedição, recebimento, distribuição e tramitação de documentos em geral;
- IV** – desenvolver e implantar ações que promovam a racionalização de práticas e sistemas administrativos, normatização e reestruturação organizacional e avaliação institucional;
- V** – coordenar, executar, acompanhar e avaliar projetos de capacitação de recursos humanos da FAPT;
- VI** – executar e controlar as atividades de administração de pessoal da FAPT;
- VII** – elaborar e cumprir o cronograma de aquisição de material e proceder suas alterações;
- VIII** – elaborar balancetes mensais e inventário anual de material;
- IX** – executar a escrituração contábil da FAPT e proceder à contabilização orçamentária, financeira e patrimonial;
- X** – elaborar balancetes e balanços orçamentários, financeiros e patrimoniais, bem como demonstrativos contábeis, necessários à prestação de contas da FAPT;
- XI** – efetuar a liquidação da despesa e os respectivos registros contábeis;
- XII** – acompanhar e controlar a execução financeira do orçamento da FAPT;
- XIII** – acompanhar a execução de convênios, acordos, contratos e aditivos, mediante relatórios mensais da posição financeira e dos registros orçamentários de cada um;
- XIV** – orientar, elaborar, conferir e controlar as prestações de contas relativas aos contratos e convênios;

XV – receber e avaliar as prestações de contas de recursos concedidos pela FAPT, de acordo com as normas pertinentes.

Seção VIII Da Assessoria Jurídica

Art. 28. À Assessoria Jurídica, que exerce a consultoria e o assessoramento jurídico da FAPT, mediante vinculação técnica e de acordo com a legislação vigente, compete:

I – pronunciar-se sobre os assuntos de natureza jurídica da FAPT, emitindo parecer;

II – recomendar ao Presidente da FAPT as providências de natureza jurídica necessárias à aplicação das leis;

III – colaborar na elaboração e analisar minutas de portarias, resoluções, contratos, convênios, acordos, normas técnicas, exposições de motivos, memoriais e outros documentos que envolvam matérias jurídicas;

IV – analisar as minutas dos editais de licitações, nacionais e estrangeiros, e pronunciar-se quanto ao seu aspecto legal e institucional, além de outras competências que lhe forem atribuídas.

TÍTULO IV DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 29. A nomeação do Presidente da FAPT se dá por ato e é de livre escolha do Chefe do Poder Executivo.

Art. 30. Os cargos de provimento em comissão da FAPT são os que constam do Anexo Único da Lei Complementar 71, de 31 de março de 2011.

Art. 31. Os casos omissos neste Estatuto são resolvidos pelo Conselho Curador da FAPT, e quando necessário, submetidos à apreciação da Secretaria da Ciência e Tecnologia.